

## OPTEI - EM DEFESA DO PT

### **Apresentação**

1. Convocado para junho de 2017, o 6o. Congresso Nacional “Marisa Letícia Lula da Silva” exige do PT uma demonstração contundente de vitalidade. O partido não pode mais evitar o debate sobre um conjunto de dilemas colocados por sua atuação na sociedade e à frente de seus governos, em particular do Governo Federal.

2. Está na hora de fazermos uma avaliação de conjunto dos mandatos de Lula e Dilma; no que o PT contribuiu para que as transformações sociais avançassem no Brasil; e naquilo que nossos erros impediram que elas fossem mais adiante. É preciso igualmente nos darmos conta da profunda crise que o PT atravessa, em função de erros, mas sobretudo em virtude dos ataques sistemáticos que o partido e nossas lideranças vêm sofrendo por parte de adversários políticos, além da mídia monopolizada e de setores da Polícia Federal, do Judiciário e do Ministério Público.

3. Está mais do que na hora de colocar no centro de nossos debates a definição de uma estratégia precisa para a conquista e

democratização do poder do Estado pelo PT. Como evitar a oposição inerente à burocracia do estado contra os governos progressistas? Como tratar a transformação do Judiciário, hoje uma força política sem controle social e profundamente comprometida com interesses conservadores? E a mídia qual o melhor caminho para romper o monopólio e democratizá-la?

4. É com a disposição de interferir neste debate que surgiu o OPTEI. Um encontro entre o Novo Rumo e a Esquerda Popular Socialista (EPS), o movimento OPTEI reúne também grupos independentes, petistas que não se alinham com nenhuma das tendências existentes, e já está presente em vários Estados.

5. A oportunidade do amplo debate que surge com a realização do 6o congresso do PT não pode ser desperdiçada. Mobilizar os (as) milhares de militantes envolvê-los (as) numa participação efetiva, que não seja apenas depositar o voto na urna, mas convidá-los (as) ao debate, à reflexão e à crítica – esta será a garantia de retomar o rumo de construção de um Partido, socialista, democrático e de massas. Este amplo processo é que pode garantir a constituição de uma direção partidária sintonizada com a base, que signifique, de um lado, o fim do imobilismo e da burocratização, e, de outro lado, a rejeição política daqueles que questionam os fundamentos

da existência do PT e flertam com outras opções partidárias.

6. O futuro do PT depende de nossa capacidade de refazê-lo, reorientá-lo e de nos reencontrarmos com sua base social. É preciso deixar claro que não se constroem avanços permanentes, não se evitam retrocessos e golpes, sem que o partido esteja enraizado na sociedade, ajudando na organização das classes trabalhadoras e dos setores populares.

7. Durante os 13 anos que o PT governou o Brasil, com Lula e Dilma, o País sofreu transformações profundas, principalmente nas condições de vida do povo. Deixamos um legado histórico incomparável que nos credencia a pleitear, com um novo programa democrático-popular, o retorno ao governo do País através de eleições livres e diretas.

8. Apesar dos avanços no período de nossos governos, não conseguimos efetivar as reformas estruturais que possibilitariam um avanço na direção de um País mais justo e mais democrático. Chegamos ao governo, mas fomos incapazes de reformar o Estado, seus mecanismos de poder, seus aparatos, suas instituições de classe. Mais que isso, ao nos adaptarmos ao sistema político-eleitoral, notadamente ao financiamento privado dos partidos e das campanhas eleitorais, tornamo-nos vulneráveis aos ataques da

direita, que nos impingiu a marca de corrupção, quando, na verdade, foi o PT e nossos governos os que mais combateram a privatização do Estado e a corrupção.

9. Para o OPTEI, o 6o. Congresso é a oportunidade para promover mudanças organizativas e consolidar uma direção qualitativamente superior, que leve em conta a diversidade partidária, diversidade cultural, regional, de gênero, diversidade étnica e racial e de orientação sexual, oferecendo substância política e ideológica ao coletivo partidário.

10. É também o momento para a elaboração de um balanço e uma síntese programática que reponha na ordem o dia a necessidade de reformas democráticas e populares, a exemplo das reformas tributária, urbana, da reforma do Estado, do sistema político-eleitoral, democratização da mídia, e reforma agrária. Esta última, aliás, entendida não apenas como meio para a democratização do acesso a terra, mas como fundamento de uma política econômica inclusiva e soberana com o controle sobre os recursos naturais e as riquezas produzidas.

11. O OPTEI considera que nós, do PT, devemos à militância uma política voltada para a organização da juventude, que envolva a criação de canais próprios de participação, e a construção de

instância para a produção de políticas públicas para os jovens. No Brasil, a juventude é um segmento marginalizado, que vive numa situação de desemprego crônico combinado com empregos de baixa qualidade e super-exploração do trabalho. Some-se a isso a continuidade do verdadeiro genocídio contra a juventude pobre e negra, que os nossos governos não conseguiram enfrentar adequadamente por meio de políticas públicas desenvolvidas em nossas gestões.

12. Apesar das políticas de inclusão da juventude desenvolvidas pelo presidente Lula durante os seus dois mandatos, como o Prouni e o Fies, responsáveis pelo acesso à universidade de milhões de jovens, apesar disso o PT não conseguiu avançar na organização partidária da juventude. Ao contrário, nossa militância envelheceu, da mesma forma que nas últimas eleições, também o nosso eleitorado reduziu-se entre os jovens. Somos favoráveis a uma reformulação da Secretaria da Juventude, dando-lhe autonomia financeira e orçamentária, a fim de estimular uma atuação mais ousada e criativa.

13. A experiência da luta política dos últimos anos no Brasil nos inspira a apoiar uma ampla frente popular de resistência e elaboração de um novo marco de articulação política, e que

envolva setores progressistas da sociedade, partidos políticos e movimentos sociais - destaque-se entre estes, a CUT, as organizações por moradia e as que lutam pela posse da terra no campo, como o MST. Nesse sentido, sem perder a sua identidade, o PT deve fazer parte e fortalecer a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, lutando para que ambas superem suas diferenças.

14. Este bloco de forças é fundamental para derrotar o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff e para construir um novo governo que nasça de eleições livres e diretas. Que engrosse a resistência contra a perda de direitos e a imposição de medidas de exceção, como as que o governo ilegítimo vem impondo. É por isso que defendemos a remoção do presidente usurpador (“Fora Temer”), com a antecipação de eleições diretas e a abertura de um amplo e democrático processo constituinte.

15. O OPTEI é um chamado à militância que propõe tirar o socialismo da clandestinidade partidária para deixar bem nítido qual é nosso projeto de construção de uma nova sociedade, não capitalista, livre, democrática, solidária, sem exploração nem opressão.

18. OPTEI é também um chamado para dar vida longa ao PT e à

luta pela emancipação humana. Uma vida que exalte a diversidade, sem permitir que ela se torne justificativa para a desigualdade. Uma sociedade tão mais igualitária socialmente, quanto for o nível de consciência e organização das classes trabalhadoras, obra da ação dos próprios trabalhadores e das trabalhadoras.

19. Apostamos e defendemos o PT. E onde houver militância inquieta e com disposição para a luta, lá estaremos reforçando a opção pelo PT.

*20. Nos textos a seguir, abordamos os cinco temas da pauta aprovada para os debates congressuais e os respectivos projetos de resolução a serem votados. No intuito de colaborar para uma síntese plural e aberta, assumimos parcialmente contribuições apresentadas por companheiros (as) de diferentes tendências no caderno editado pelo Diretório Nacional. Entendemos que todas elas, com divergências e concordâncias, estão incorporadas ao nosso “patrimônio de ideias”.*

### **A. Projeto de Resolução sobre a Situação Internacional**

1. As principais características do cenário internacional são as crises, as guerras e a instabilidade generalizada.

2. Tais características decorrem do predomínio avassalador do capitalismo, do domínio do capital oligopolista e financeiro, do decorrente aguçamento dos conflitos intercapitalistas e do declínio da potência hegemônica.

3. As políticas neoliberais e as ações imperialistas impulsionadas pelo consórcio formado pelos Estados Unidos, União Europeia e Japão geram alternativas e reações de diferentes tipos e conteúdos.

4. É o caso dos BRICS, com destaque para China, Rússia e – durante os governos Lula e Dilma – também o Brasil. É o caso, também, dos chamados governos progressistas e de esquerda na América Latina. É o caso, ainda, das lutas políticas e sociais impulsionadas por forças de esquerda que atuam na Europa, África, Ásia e Estados Unidos.

5. A resposta às políticas encabeçadas pelos EUA também assume formas historicamente reacionárias. Uma destas formas é o fundamentalismo terrorista, inclusive onde constitui uma reação ao terrorismo de Estado praticado pelos Estados Unidos e seus aliados maiores e menores, entre os quais Israel e Arábia Saudita.

6. Outro exemplo de alternativa reacionária é o populismo de direita expresso por Trump e Le Penn, assim como pelas forças fascistas e neonazistas na Ucrânia, Grécia e em diversos países do Leste Europeu, pelos partidos ultraconservadores cuja força eleitoral cresce em todos os países da Europa Ocidental, inclusive nos países nórdicos conhecidos por seu estado de bem-estar social.

7. Tanto o neoliberalismo quanto o populismo de direita conduzem, por diferentes caminhos, ao agravamento da instabilidade, das crises e das guerras.

8. O “protecionismo” e o “globalismo” são diferentes formas que o imperialismo pode assumir.

9. Exemplo disto são os grandes tratados comerciais



transoceânicos que estavam sendo negociados durante o governo Obama e estão sendo questionados por Donald Trump.

**10.** Hoje, como já aconteceu no passado, a manutenção da paz e da democracia, as perspectivas de desenvolvimento e até mesmo a sobrevivência da humanidade dependerão das classes trabalhadoras, dos setores populares, das forças progressistas, democráticas e de esquerda.

**11.** Hoje, num mundo mais capitalista do que nunca, é fundamental compreender o que está ocorrendo com este modo de produção baseado na exploração do trabalho assalariado. Diante da elevação crescente da produtividade do trabalho e, portanto, da extração de mais-valia relativa, mais o capitalismo se enreda em suas variadas tendências estruturais:

**a)** decréscimo da taxa média de lucro;

**b)** concentração, centralização e exportação de capitais, tanto na forma financeira quanto na forma de transferência de plantas industriais, promovendo crescente globalização do capitalismo;

**c)** redução da participação de trabalho vivo no processo produtivo;

**d)** crescente desemprego estrutural e pauperização das classes trabalhadoras das sociedades capitalistas, tanto desenvolvidas quanto periféricas e avassaladas ao capitalismo central;

**e)** acentuação da natureza de classe do Estado;

**f)** incompatibilidade crescente entre capitalismo, bem-estar, democracia e soberania nacional.

**12.** Essas tendências se acentuaram a partir de 2008, com as crises financeiras e econômicas globais que tiveram como epicentros os Estados Unidos, a Europa e o Japão.

**13.** Nos Estados Unidos, Europa e Japão, a questão do desemprego, inclusive de trabalhadores qualificados – até então considerados como parte de uma suposta “classe média” – tornou-se um dos aspectos mais grotescos da crise, em contraste com a riqueza acumulada por 1% a 2% da população.

**14.** Frente ao quadro de continuidade da crise, há quem avalie que a saída poderia vir da adoção de políticas semelhantes às que foram implementadas, nos anos 1930, durante o New Deal de Roosevelt. Ou seja, que a solução estrutural para a crise atual poderia advir da ampliação dos investimentos públicos, que poderiam melhorar as condições sociais dos milhões de desempregados e “excluídos”, produzindo um efeito “dinamizador” sobre a economia e a geração de empregos, contribuindo, assim, para superar a crise.

**15.** Mas, embora positiva, a ampliação dos investimentos públicos, por si só, é insuficiente para resolver a crise atual.

**16.** Por que, então, os capitalistas, mesmo quando eles e o sistema entram em crise não adotam “natural” e “espontaneamente” políticas de emprego e renda, que poderiam resultar em ampliação do consumo e da produção, restabelecendo, assim, os ciclos econômicos cuja interrupção constitui a causa e o efeito da crise?

**17.** Ocorre que o grande capital, especialmente aquele situado nas altas esferas financeiras, prefere produzir mais-valia sem passar pelo processo de produção material. Dito de outra forma, prefere

transformar o conjunto da mais-valia anterior em mais-valia ampliada, sem “desperdiçar” nada disto em salários diretos e indiretos.

**18.** Clamam, pois, no deserto aqueles que pretendem “civilizar” e “humanizar o capitalismo e os capitalistas, tentando convencê-los de que poderiam lucrar mais se todos vivessem melhor. Nos dias de hoje, o capitalismo “maduro” assume formas que lembram cada vez mais a violência brutal da acumulação primitiva de sua infância. Isto vai das patentes, licenças e propriedade intelectual, que recordam os monopólios contra os quais se levantou a burguesia nascente, passa por uma divisão internacional de trabalho de tipo colonial, por uma destruição implacável da natureza que rememora o ocorrido em países onde se instalaram os latifúndios escravistas. Tudo isto se combinando com as formas mais extremadas de extração da mais-valia relativa, com as tecnologias da automação, a internet das coisas, os algoritmos, a robotização, a nanotecnologia, a biotecnologia e outras mudanças da chamada 4<sup>a</sup>. Revolução Industrial.

**19.** Em meio a estas transformações, o complexo industrial-militar dos Estados Unidos e da Europa Ocidental continua a ser desenvolvidos como pilares estratégicos. Isto não só para a defesa de seus territórios e populações, mas principalmente para a subordinação, de outros territórios e sociedades.

**20.** Estados Unidos e Europa Ocidental necessitam de recursos minerais e energéticos de outros países, assim como de mercados, e áreas de contenção ou de ataque. Não por acaso os Estados Unidos têm mais de mil bases militares em todo o mundo, e há muito interferem militarmente em toda parte onde seus interesses estejam, real ou imaginariamente, em perigo.

**21.** O resultado mais dramático dessa intervenção imperial nos assuntos internos de outros países, em especial no Oriente Médio, foi o surgimento do Estado Islâmico e a disseminação de grupos terroristas islâmicos por todo o norte da África, por vários países da Ásia e no próprio interior dos Estados Unidos e de países europeus. Muitos deles são apoiados, financeira e militarmente, por governos aliados dos Estados Unidos

**22.** Daí decorre que se tenha originado uma imensa onda de refugiados, oriundos principalmente da África, Oriente Médio e Ásia, que tenham se multiplicado grupos terroristas por toda parte, e que tenham surgido ou ressurgido correntes políticas semelhantes ao fascismo e ao nazismo, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

**23.** Em 2008 a crise econômica teve como epicentro os Estados Unidos. Hoje, a crise política mundial também tem seu epicentro lá. Crise que tem na incerteza um componente adicional, uma vez que há uma grande dose de imprevisibilidade no comportamento do presidente dos EUA, Donald Trump, cuja eleição é um sinal dos tempos em que vivemos. Em discursos e entrevistas dele, há muitas semelhanças com o que diziam os populistas de direita na Alemanha e Itália dos anos 1920 e 1930.

**24.** Evidentemente, há enormes diferenças entre Trump e Hitler, entre aquela época e o presente. Entretanto, estamos vivendo uma situação muito similar à da crise dos anos 1930 e, de forma mais ampla, no período entre guerras (1914-1945).

**25.** Naquela época, sob hegemonia do liberalismo, ocorreu uma profunda crise econômica e social, política e militar. Por diversos motivos, as revoluções socialistas não foram vitoriosas, senão na Rússia de 1917. De conjunto, tanto a social-democracia quanto o

comunismo fracassaram em transformar aquela crise em ponto de partida para a superação do capitalismo. Seja para superar a crise, seja para debelar a ameaça de uma revolução social, parcelas crescentes do grande capital e da direita tradicional foram aderindo às teses do populismo de direita, que também atraíram parcelas importantes das classes trabalhadoras.

**26.** Não se deve concluir daí que os riscos do nazi-fascismo sejam menores ou inexistentes. Seria mais correto dizer que as grandes crises econômicas e sociais estimulam as tendências fascistas. E afastar estas tendências depende muito da política adotada pelas forças democráticas e de esquerda.

**27.** Ou seja, a combatividade é muito mais eficaz do que a capitulação quando se trata de combater a ascensão da direita. O compromisso de amplos setores da esquerda europeia com as políticas neoliberais, a dificuldade de tratar o tema das migrações, o bom-mocismo frente às forças de direita e extrema-direita, a acomodação crescente a uma democracia cada vez menos democrática, o compromisso com determinadas políticas imperialistas, tudo isto contribuiu para o crescimento da extrema-direita.

**28.** Numa visão histórica, a principal surpresa nas eleições americanas não foi Trump, mas sim a vitalidade demonstrada pela pré-candidatura de Bernie Sanders, que procurou conquistar os desempregados e desesperados americanos para outra perspectiva. Que isso tenha ocorrido nos Estados Unidos é algo alentador. No entanto, ainda falta um longo caminho para que os movimentos sociais e políticos de esquerda daquele país se desenvolvam a ponto de impor outra política, capaz, por exemplo, de impedir aventuras militaristas.

**29.** Só as forças de esquerda, populares e democráticas têm condições de deter a contraofensiva reacionária que empurra o mundo para crises cada vez maiores e nos ameaça com guerras cada vez mais destrutivas.

**30.** Mas, para isto, as classes trabalhadoras e seus representantes políticos precisam entender que só será possível defender o bem-estar social, defender as liberdades democráticas, a soberania nacional e uma nova ordem mundial impondo uma derrota profunda às forças capitalistas e a seus representantes políticos. Ao mesmo tempo, é necessário oferecer uma alternativa global ao sistema dominante no mundo. Até para evitar o mal maior, até para conseguir as mínimas reformas, é preciso lutar por transformações efetivas no modo de produzir e distribuir as riquezas em nossa sociedade, na maneira como as pessoas se relacionam entre si e com a natureza. Também por isso, é fundamental colocar a luta pelo socialismo na ordem do dia

**31.** Não existe caminho do meio num momento de crise como o que vivemos. As políticas de “ganha-ganha” são possíveis quando tanto os de baixo quanto os de cima têm mais paciência que medo, mas principalmente quando há crescimento econômico que torne factível redistribuir a renda futura. Mas quando não há crescimento econômico, quando há decrescimento, não há expectativa de melhora futura. Neste cenário, a luta é por fatias de um bolo que está diminuindo de tamanho. Então, o medo toma conta e se fecham os “caminhos do meio”.

**32.** Tampouco existe reforma pelo alto capaz de resolver a situação que estamos vivendo. As forças que causam a crise e que se beneficiam dela são as mesmas que dominam o poder político, econômico, militar e ideológico nos Estados Unidos. É por isto que as ações práticas do governo dos EUA ampliam a crise, seja

quando estimulavam o globalismo, seja agora em que parece predominar o protecionismo. E em ambas vertentes, inviabilizam as liberdades democráticas: tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, a democracia liberal tem aberto caminho para regimes cada vez mais autoritários. A globalização hegemônica pelo capital financeiro não é compatível nem mesmo com os níveis de democracia existentes antes da crise dos 1970.

**33.** A América Latina e o Caribe foram vítimas, entre os anos 1960 e 1990, de governos ditatoriais e neoliberais, que aprofundaram as piores características da história de cada um dos países da região: a dependência externa, a falta de democracia e a desigualdade social.

**34.** A partir de 1998, teve início um ciclo de governos progressistas e de esquerda que, malgrado suas debilidades e diferenças, apontou num sentido oposto: ampliação do bem-estar e da igualdade social, ampliação das liberdades democráticas, soberania nacional e integração regional.

**35.** A partir da crise de 2008 e seus efeitos, mais a ação do governo dos Estados Unidos e da oposição de direita, somada aos erros e as limitações das experiências “progressistas e de esquerda”, abriu-se uma fase de contraofensiva reacionária que vem derrotando os governos progressistas e de esquerda na região e colocando na defensiva as forças sociais e partidárias vinculadas aos trabalhadores.

**36.** Aonde a direita voltou ao governo, assiste-se não apenas a um retrocesso social, mas também a um retrocesso econômico e político, bem como a um giro na política externa, que volta a ser submissa aos interesses dos EUA.

**37.** A recente eleição nicaraguense demonstrou que não é

inevitável a derrota dos governos progressistas e de esquerda. Porém, a difícil situação da Venezuela e a derrota sofrida no Brasil e na Argentina criaram um novo cenário estratégico. O fato de vários governos progressistas existirem e apoiarem uns aos outros foi uma variável importante para um avanço compartilhado. A ofensiva reacionária age no sentido oposto.

**38.** A esquerda latino-americana e caribenha está convocada a deter a ofensiva reacionária, reconquistar os espaços perdidos, alcançar novas vitórias, criar as condições para que a Unasul e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos voltem a ter protagonismo no cenário internacional, em favor da paz e de outra ordem econômica e política internacional. Descobrir quais os caminhos para fazer isto exigirá um balanço detalhado de como chegamos até aqui, do qual se possa extrair uma diretriz de como seguir em frente em uma nova situação, distinta daquela vigente entre 1998 e 2016. Esta nova situação pós-2016 poderá ser, em alguns aspectos, semelhante àquela que vigorava na década neoliberal dos 1990, mas, em outros aspectos, constituirá uma situação totalmente nova.

**39.** Até a crise internacional de 2008, os governos progressistas e de esquerda vinham conseguindo contornar seus limites, contradições e erros. Mas, a partir da crise internacional de 2008, a deterioração dos preços das *commodities*, a dependência financeira e comercial, a força dos oligopólios – especialmente estrangeiros – e a fraqueza do Estado tornaram cada vez mais difícil a situação, agravando um conjunto de problemas que já vinham se acumulando (fadiga de material, limites da estratégia adotada, timidez nas políticas de integração, políticas macroeconômicas que mantiveram a predominância do setor agroexportador e o peso do setor financeiro etc).



**40.** Noutras palavras, a crise internacional funcionou como um catalisador de diversos fenômenos, revelando que a dependência externa continua sendo uma variável fundamental a superar, através da integração regional, da industrialização, do fortalecimento do Estado e da soberania nacional, em todos os seus aspectos, da soberania alimentar à defesa, passando pela comunicação.

**41.** A crise e a contraofensiva reacionária atingiram o conjunto dos países governados pelas forças progressistas e de esquerda. Seja onde foi adotada uma variante mais “confrontacionista”, seja onde foi adotada uma variante mais “negociadora”, verificou-se uma deterioração das condições políticas, econômicas e sociais, que afetou o apoio das classes trabalhadoras aos governos progressistas e de esquerda, levando à derrota eleitoral na Argentina, criando espaço para o *impeachment* no Brasil e possibilitando uma maioria parlamentar de direita na Venezuela.

**42.** Parte da perda de apoio deveu-se a opções incorretas feitas pelos respectivos governos progressistas e de esquerda. É o caso, por exemplo, da política econômica adotada no Brasil em 2015-2016. Outra parte da perda de apoio deveu-se ao fato da classe dominante seguir controlando os meios econômicos e políticos, assim como dispondo dos apoios internacionais necessários não apenas para opor-se, mas, inclusive, para apostar na subversão.

**43.** Nos países em que houve assembleias constituintes e reformas constitucionais, o fortalecimento dos instrumentos populares e democráticos de intervenção econômica e política estatal, bem como as medidas de democratização e controle social dos meios de comunicação, possibilitaram — pelo menos até agora — contrabalançar com maior eficácia os instrumentos de poder

político e econômico da classe dominante.

**44.** Apesar da oposição da maior parte da classe dominante e de seus representantes políticos, os governos progressistas e de esquerda entre 1998 e 2016 obtiveram êxito no que diz respeito a melhorar a vida do povo, ampliar as liberdades democráticas, afirmar a soberania nacional e ampliar a integração regional.

**45.** Entretanto, a partir de um determinado momento – que variou de país para país, mas que em todos os casos ocorreu depois da crise internacional de 2008 –, os governos progressistas e de esquerda – como já mencionado -- passaram a enfrentar crescentes dificuldades, que resultaram em perda de apoio popular e no crescimento da oposição de direita.

**46.** Frente à nova situação, a esquerda da região precisa definir uma nova estratégia. Um dos componentes desta estratégia continuará sendo a integração da América Latina e do Caribe, variável fundamental para o êxito do caminho democrático-popular e socialista no Brasil e também para o êxito da estratégia que a esquerda venha a adotar em cada país da região. Caso o protecionismo prometido por Trump se materialize, mais espaço haverá para uma estratégia de integração.

**47.** Tanto quanto nos anos 1990, quando o Foro de São Paulo foi um espaço muito importante para o diálogo e a elaboração de novas estratégias, seu papel deve agora ser novamente priorizado.

**48.** O PT, por definição programática e estratégica, é um partido internacionalista. Nosso internacionalismo é aberto, pois nos relacionamos com partidos, organizações e militantes das mais diversas orientações políticas e ideológicas.

Mantemos diferentes níveis de cooperação com os que compartilham as premissas do respeito à autodeterminação dos povos, às liberdades democráticas e ao bem-estar social.

**49.** A política internacional do PT prioriza a América Latina e o Caribe. Ao mesmo tempo, reforçaremos nossos contatos com os BRICS, com os países africanos e com todos aqueles que são vítimas do imperialismo, inclusive na Europa. Destacamos a defesa do Estado Palestino, da independência do Sahara Ocidental e de Porto Rico, o estabelecimento de relações intensas com os povos, com os movimentos sociais e com os partidos de esquerda do continente africano. Apoiamos as iniciativas que – a partir dos milhões de latino-americanos residentes nos EUA – visam construir um partido de esquerda com força social e eleitoral. E buscaremos contribuir com as forças progressistas, democráticas e de esquerda do Haiti, apoiando a imediata retirada da Minustah.

**50.** No âmbito da América Latina e Caribe, sem prejuízo de um regionalismo aberto, priorizaremos a construção do Foro de São Paulo, que demonstrou ser um espaço positivo para o diálogo e para a ação comum de forças de esquerda, nacionalistas, populares, socialistas e comunistas. O mínimo denominador comum do Foro de São Paulo é a integração regional, o desenvolvimento soberano, a ampliação do bem-estar social e das liberdades democráticas dos nossos povos. Até porque a experiência recente confirmou que não haverá “progressismo em um só país”. Através do Foro de São Paulo, e também diretamente, manteremos contato com organizações similares dos demais continentes, sem nos filiar a nenhuma delas.

**51.** Num contexto de hegemonia capitalista, crise do capitalismo, ampliação das contradições intercapitalistas, conflito entre o bloco liderado pelos EUA contra os BRICS, instabilidade, crise e guerra,

a alternativa está em construir um forte movimento internacional, ancorado nas classes trabalhadoras e nos setores populares, que consiga não apenas resistir, mas também conquistar governos, reorientando, assim, a economia e a política mundiais. O PT e o Foro de São Paulo, a América Latina e o Caribe, já demonstraram poder dar grande contribuição neste sentido.

**52.** Nos tempos em que vivemos, capitalismo significa instabilidade, crises e guerras. Nos Estados Unidos e na Europa, as classes dominantes e seus partidos, assim como importantes setores da esquerda tradicional, comprometeram-se com políticas neoliberais e/ou capitularam diante do populismo reacionário. A guerra, sob a forma regional ou mundial, é um risco crescente. Frente a barbárie capitalista, reafirmamos a escolha feita, em 1980, pelo Partido dos Trabalhadores: uma sociedade sem exploração nem opressão, o socialismo.

É por isto que lutamos: desenvolvimento, democracia, direitos humanos, bem-estar, soberania, integração, paz, um Brasil, América Latina e Caribe, um mundo sem nenhum tipo de opressão nem exploração, o socialismo.

## **B – Projeto de Resolução sobre a Situação Nacional e Tática**

1. O país vive, desde o dia 12 de maio de 2016, uma nova situação política, com a recuperação da direção do Estado pelas velhas oligarquias da política, da mídia monopolizada e do grande capital. Através de um golpe parlamentar, rompendo a ordem democrática e rasgando a Constituição, as classes dominantes depuseram a presidenta Dilma Rousseff, em processo marcado

pela fraude e a manipulação.

2. A maioria conservadora do Congresso Nacional, respaldada pelo Supremo Tribunal Federal e impulsionada pelos oligopólios da informação, fabricou pretexto casuístico para degolar um governo legitimamente eleito pelo voto popular e estabelecer novo bloco de poder, destinado a conduzir um amplo programa de reorganização do desenvolvimento capitalista nacional.

3. A opção pelo golpismo, além do caráter historicamente antidemocrático da burguesia brasileira, expressa o ritmo e a intensidade da agenda que unifica o núcleo hegemônico das forças usurpadoras. Seria grave risco, afinal, submeter a eleições livres e diretas um projeto calcado sobre arrocho de salários e pensões, eliminação de direitos trabalhistas, corte de gastos sociais, redução de investimentos públicos, anulação dos vínculos constitucionais em saúde e educação, privatização de empresas estatais e abdicação da soberania sobre o pré-sal.

4. O modelo econômico perseguido pelo capital monopolista implica em substituir a expansão do mercado interno, como motor do crescimento, pela atração dos fluxos privados de investimento, locais e internacionais, conforme reza a antiga cartilha neoliberal.

5. Para impor este programa, era necessário remover o obstáculo representado pela administração da presidenta Dilma, de tal sorte que um governo de transição tivesse tempo suficiente para aplicar o programa do grande capital. Este período também seria indispensável para avançar na escalada de criminalização do PT e demais forças de esquerda, combinada com a desarticulação repressiva dos movimentos sociais e a interdição do ex-presidente Lula como alternativa viável nas eleições de 2018.

6. A Operação Lava Jato desempenha papel crucial na estratégia golpista. Explorando o justo sentimento anticorrupção do povo brasileiro, configurou-se paulatinamente em instrumento político para a guerra de desgaste contra dirigentes e governantes petistas, atuando de forma cada vez mais seletiva quanto a seus alvos, além de marcada por atropelos legais. Tem funcionado

como mecanismo de contrapropaganda para mobilização das camadas médias, em associação com os monopólios da comunicação. Expressa, por fim, o alinhamento de diversos grupos do aparato repressivo estatal – delegados, procuradores e juízes – com o campo reacionário, coniventes direta ou indiretamente com as manobras do *impeachment*.

7. Ainda que persistam importantes contradições no interior da coalizão conservadora, a tendência predominante entre suas frações dirigentes é impedir eleições livres para a Presidência da República, impugnando a candidatura do companheiro Lula ou consolidando o regime de exceção com a aprovação de um sistema parlamentarista cujas regras possam bloquear a reconquista do governo federal pelo campo popular.

8. Esta incursão restauradora deve também ser compreendida como parte fundamental de estratégia para desestabilizar as demais experiências progressistas na América Latina, buscando reconstruir a hegemonia imperialista sobre a região, fortemente abalada pelas vitórias eleitorais de esquerda nos primeiros quinze anos do século

XXI. A longa crise do capitalismo reconduz o sul do continente à lista de prioridades da geopolítica norte-americana, sob a lógica de retomar controle sobre fontes essenciais de matéria-prima e energia, amplos mercados domésticos e espaços para novos investimentos a baixos custos.

9. A queda do governo petista também é fundamental para desidratar alianças contra-hegemônicas regionais, como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), além de facilitar políticas de cerco e desestabilização em processos progressistas de outros países – como Venezuela, Equador e Bolívia. Devemos igualmente destacar os efeitos negativos desse retrocesso político, se consolidado, sobre a evolução do bloco BRICS.

10. Desde as primeiras medidas, o governo golpista já revelou sua natureza antipopular e antinacional. Um gabinete formado exclusivamente por homens brancos e ricos, vários dos quais acusados por crimes de corrupção, demarcou claramente os interesses plutocráticos que encarna. Seu objetivo é desmontar do



arcabouço de seguridade social estabelecido pela Constituição de 1988 e ampliado a partir do governo Lula. São elementos dessa política, entre outros, a PEC 55 (que limita o crescimento de gastos e investimentos sociais), o fim da participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal, a lei das terceirizações, a reforma da previdência, a liberação da venda de terras a estrangeiros e a retomada das privatizações.

11. Enredado em seguidas denúncias de corrupção e desabando nas pesquisas de popularidade, a administração Temer busca preservar, a qualquer custo, a unidade do bloco conservador, o apoio das classes dominantes e a cumplicidade dos meios monopolistas de comunicação. Sua principal aposta, nesse sentido, é o aprofundamento do programa antinacional, antidemocrático e antipopular em curso.

12. Se essa é a lógica para impedir a quebra do pacto golpista que impede o colapso político-jurídico de sua gestão, o preço a pagar se traduz na crescente insatisfação entre os trabalhadores e os setores mais empobrecidos das camadas médias, frontalmente

atingidos pelo corte dos gastos sociais, pelo risco de ruptura dos direitos previdenciários, pela ameaça da dissolução da Consolidação das Leis do Trabalho, pelo desemprego galopante e pela queda acentuada dos salários.

13. Essa política conduz inevitavelmente ao crescimento da repressão contra as organizações populares, visando tanto o combate às manifestações de massa quanto a criminalização de partidos e lideranças. A instrumentalização da Operação Lava Jato, presente desde o seu nascimento, mesmo com a abundância de evidências contra expoentes do PSDB e do PMDB, continua a ser o caminho para violentar ainda mais o regime democrático, impor medidas de exceção e combater por meios inconstitucionais o bloco de esquerda, particularmente o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Lula.

14. Essa contradição, entre a necessidade imperiosa de incrementar as contrarreformas liberais e desmontar o Estado de Direito, repúdio progressivo da maioria do povo, está na base da recuperação de credibilidade do bloco progressista, de sua

capacidade de mobilização e das próprias expectativas para a sucessão presidencial.

15. O pêndulo da opinião pública volta a se mover para o lado do campo democrático e popular, do Partido dos Trabalhadores e seus aliados estratégicos, dos movimentos populares e sindicais, que ganham as ruas massivamente. A maior expressão dessa tendência é o crescimento da intenção de voto no ex-presidente Lula.

16. A reforma da previdência, nesse cenário, é vital para a sobrevivência do governo Temer. Se a mobilização das ruas conseguir paralisar e dividir a maioria governista no Congresso, provocando a retirada ou a derrota desse projeto nefasto, provavelmente assistiremos à desorganização do golpismo, abalando a base de sustentação da atual administração e recolocando a possibilidade de uma convocação imediata de eleição diretas para presidente da República.

17. A construção de uma alternativa política e eleitoral ao

golpismo passa fundamentalmente pela ampliação e o aprofundamento das lutas sociais. Apenas a mobilização popular pode fechar espaços para novas operações golpistas, como a impugnação judicial do companheiro Lula ou a adoção do regime parlamentarista, hipóteses fortemente presentes no cardápio reacionário diante da crise política.

18. O terreno da mobilização também é imprescindível para construirmos um programa que represente alternativa de poder do campo progressista. Além de promover a unificação prática das principais correntes e movimentos antigolpistas, favorece a discussão de um plano de emergência, com as principais medidas políticas e econômicas em contraposição à agenda neoliberal.

19. A combinação entre luta social e construção programática também é vital para reconfigurar a correlação de forças na sociedade brasileira e no Estado. A radicalização das contrarreformas, acompanhada pelo desmonte das garantias democráticas e constitucionais, cria novas condições para disputar o apoio de setores médios e isolar o núcleo dirigente da burguesia,

abrindo caminho para a reconquista de maioria social, política e eleitoral pelo bloco de esquerda.

20. O Partido dos Trabalhadores, diante dessas considerações, deve mobilizar sua militância, no curto e médio prazos, para a campanha contra a reforma da previdência e as demais medidas antipopulares. Nossas bancadas, por sua vez, devem enfrentar sem vacilão os projetos do governo, buscando impor aos usurpadores o máximo de desgaste, no rumo de sua derrocada, em alinhamento com os movimentos sociais e as frentes populares.

21. O Partido dos Trabalhadores também deverá continuar empenhado na construção organizativa e programática da Frente Brasil Popular, operando para que se constitua no núcleo central de uma ampla coalizão das forças progressistas, capaz de ampliar as lutas de resistência.

22. Permanecem na ordem do dia, cada vez com mais intensidade, a necessidade de denunciar os abusos cometidos pela Operação Lava Jato e sua natureza arbitrária, a solidariedade aos companheiros injustamente presos e a defesa do ex-presidente Lula contra tentativas de afastá-lo arbitrariamente da disputa eleitoral. Nosso partido seguirá impulsionando todas as atividades

setoriais e públicas que tenham como bandeira a defesa da democracia, da soberania nacional e das garantias constitucionais.

### **C – Projeto de Resolução sobre o Balanço dos Governos Petistas**

1. O golpe contra a presidente Dilma Rousseff e a derrota sofrida pelo bloco liderado pelo PT somente poderão ser corretamente entendidos se levarmos em conta os erros cometidos por nosso partido e nossos governos.

2. Esquecemo-nos de uma das lições mais relevantes da história brasileira, consolidada pelo PT em seus documentos dos anos oitenta. O capitalismo, assentado sobre múltiplos mecanismos de super-exploração do trabalho e preservação de estruturas arcaicas no Brasil, gera forte antagonismo entre as oligarquias e reformas capazes de alterar, mesmo timidamente, essas condições sócio-econômicas. A burguesia, em determinadas correlações de força, pode até aceitar certas mudanças nos períodos expansivos, quando avanços das camadas populares não resultam em diminuição de seus ganhos absolutos ou relativos. Mas oferece brutal resistência quando esse equilíbrio distributivo está sob ameaça, particularmente nas fases de contração econômica.

3. Este pressuposto deveria ter norteado os treze anos de governo, levando-nos a compreender que a hegemonia dos trabalhadores no Estado e na sociedade não depende exclusiva ou principalmente de administrações bem-sucedidas, mas da concentração de todos os fatores na construção de uma força política, social e cultural capaz de dirigir a nação e derrotar seus inimigos em todos os terrenos.

4. Tomamos uma decisão equivocada, quando assumimos o governo, ao não considerarmos como tarefas principais a reforma política e a democratização dos meios de comunicação. Mesmo sem termos maioria parlamentar de esquerda, o imenso prestígio do presidente Lula e a desorganização estratégica das elites ofereciam espaço para poderosa mobilização nacional nesse sentido.

5. Fomos igualmente descuidados com a necessidade de neutralizar a contraposição dos poderes do Estado, o que implicaria construir maioria progressista no STF e demais cortes superiores, impedir a sabotagem conservadora nas estruturas de mando da Polícia Federal e do Ministério Público Federal,

fortalecer a ala mais avançada do Itamaraty e redimensionar sensivelmente a distribuição de verbas publicitárias para os monopólios da informação.

6. Confiamos quase exclusivamente na governabilidade institucional. Ao contrário do se passara em países vizinhos, o triunfo na eleição presidencial não foi acompanhado por vitórias que nos assegurassem maioria parlamentar. Obviamente, estávamos obrigados a composições fora do campo popular, sob o risco de inviabilizarmos nossos sucessivos governos. Mas erramos pelo acanhamento ao impulsionar a luta de massas como vetor fundamental de pressão sobre as instituições, rebaixando a disputa pública de nosso programa e o debate com as forças conservadoras, incluindo os segmentos que eventualmente integravam a base de apoio.

7. Tampouco nos dedicamos, com a devida atenção e perseverança, à necessidade de costurar uma aliança estratégica entre os partidos populares e os movimentos sociais, que pudesse ampliar o peso institucional da esquerda. Acabamos reféns de



acordos táticos, imperiosos para o manejo do Estado, mas em desenho político que desestimulou crescimento mais acelerado e enraizado das forças progressistas, ao mesmo tempo em que ampliou, no arco de alianças, o poder de fogo dos setores mais à direita.

8. A manutenção do sistema político e a preponderância excessiva da ação institucional acabaram por afetar fortemente o funcionamento do PT, confinado à função primordial de braço parlamentar dos governos petistas e reordenado como agremiação fundamentalmente eleitoral. A vida interna se burocratizou, sob crescente influência de mandatos parlamentares e cargos executivos, cada vez mais autônomos em relação às instâncias partidárias. O partido perdeu capacidade de elaboração, formação e protagonismo na batalha das ideias, que precisa ser permanente.

9. Também fomos contaminados pelo financiamento empresarial de campanhas, estrutura onde as classes dominantes se articulam com o Estado, formando suas próprias bancadas corporativas e controlando governos. Preservada essa arquitetura

mesmo após nossa vitória eleitoral de 2002, terminamos envolvidos em práticas dos partidos políticos tradicionais, o que claramente afetou nossa nitidez político-ideológica, além de expor negativamente nossa imagem e abrir flancos para ataques de aparatos judiciais controlados pela direita.

**10.** Apesar dos esforços constantes, nos últimos anos, para retificar estes desvios, temos claro que suas sequelas debilitaram o PT e fragilizaram o conjunto da esquerda frente à escalada golpista.

**11.** Ao lado dos erros propriamente políticos, demoramos para perceber o progressivo esgotamento da política econômica vigente entre 2003 e 2010, que havia levado a formidáveis conquistas sociais para o povo brasileiro. Baseada na ampliação do mercado interno a partir da incorporação dos pobres ao orçamento do Estado, com adoção de inúmeros programas voltados à inclusão social, à criação de empregos e à elevação da renda, esse modelo perdeu força com a crise internacional.

**12.** A manutenção do ritmo de expansão do mercado interno, alicerçada nos gastos e investimentos públicos, passou a depender de reformas que diminuíssem transferências financeiras para os grupos privados, ajudassem a recompor o equilíbrio fiscal com a tributação dos mais ricos e desmontassem o oligopólio dos bancos, entre outras medidas que permitissem recursos para o Estado aprofundar políticas de desenvolvimento com distribuição de renda. Não se tratava de reordenamentos orçamentários, mas de um novo ciclo programático que fatalmente radicalizaria a disputa de projetos e a luta de classes.

**13.** O governo da companheira Dilma Rousseff, em seu primeiro ano, preferiu realizar um forte contingenciamento de despesas e investimentos, ao mesmo tempo em que elevava a taxa de juros. O crescimento do PIB, que havia sido de 7,8% em 2010, cai para 4,0% em 2011 e 2,0% em 2012. Diante deste dados negativos, o BC derruba a taxa de juros e o governo federal amplia subsídios às empresas, promove desonerações fiscais (estendidas excessivamente no Congresso), em uma política que atingiria seu ápice em 2014. Apesar de novo ciclo de elevação da

taxa de juros, o PIB cresce 3,5% em 2013, mas despenca para 0,2% em 2014. A tentativa de contornar reformas estruturais, através de fortes incentivos ao investimento privado, tinha conseguido preservar o emprego, mas não relançou a economia e engordou, às custas dos cofres estatais, os caixas empresariais.

**14.** O desequilíbrio fiscal recolocou o país em uma encruzilhada: acelerar o programa distributivista, como havia sido defendido na campanha da reeleição presidencial, ou aceitar parcialmente a agenda do grande capital, adotando medidas de austeridade sobre o setor público, os direitos sociais e a demanda, mais uma vez na perspectiva de retomada dos investimentos privados. Com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, o governo inclinou-se pela segunda via.

**15.** O ajuste fiscal, além de intensificar a tendência recessiva, foi destrutivo sobre a base social petista, gerando confusão e desânimo entre os trabalhadores, a juventude e a intelectualidade progressista, entre os quais se disseminou a sensação de estelionato eleitoral, estimulada pelos monopólios de comunicação. A

popularidade da presidenta rapidamente despencou. As forças conservadoras sentiram-se animadas para buscar a hegemonia nas ruas, pela primeira vez desde as semanas que antecederam o golpe militar de 1964.

**16.** O enfraquecimento da esquerda, nos meses seguintes à vitória apertada no segundo turno de 2014, rapidamente alterou a correlação de forças no país, dentro e fora das instituições. A direita retomou a ofensiva. As frações de centro, assistindo o derretimento do governo na opinião pública, começaram a se descolar da coalizão presidencial, deslizando para uma aliança conservadora que impôs seguidas derrotas parlamentares à administração federal.

**17.** Apesar do alerta emitido pelo 5o. Congresso do PT, realizado em junho de 2015, de que era indispensável mudar a política econômica para recuperar apoio político e social, o governo prosseguiu no rumo que havia escolhido, levando ao agravamento das dificuldades. No documento “O futuro está na Retomada das Mudanças”, em fevereiro de 2016, a direção

nacional de nosso partido deixou claro que não seria possível deter a escalada reacionária sem expressivas alterações programáticas. O fato é que o golpismo aceleradamente construía condições para avançar, aglutinando apoio parlamentar e suporte social.

**18.** A aceitação do pedido de impeachment, no início de dezembro de 2015, depois que o PT rechaçou as chantagens do deputado Eduardo Cunha, estimulou a resistência democrática, que vinha acumulando forças desde março. Nos cinco meses que antecederam a abertura de processo contra a presidenta da República, centenas de milhares mobilizaram-se por todo o país. Foram realizadas enormes concentrações populares, além de outras iniciativas que contagiaram amplos setores antigolpistas.

**19.** Esta mobilização, capitaneada pela Frente Brasil Popular, na maioria das vezes em aliança com a Frente Povo Sem Medo, estimulou a reunificação do campo de esquerda e arregimentou vozes democráticas de diversas matizes. Ainda que tenha sido insuficiente para reverter a correlação de forças, permitiu que o bloco progressista recuperasse protagonismo e o mantivesse

mesmo após a derrubada da presidente constitucional.

**20.** As condições políticas criadas pela resistência fermentam o ambiente necessário para o balanço de nossos erros se configurar em forte reformulação estratégica, acompanhada por um novo programa de governo e uma política de alianças capaz de sustentá-lo, combinando a reivindicação do imenso legado das administrações petistas com uma orientação política que retifique os problemas provocados pelas ilusões de classe, permitindo ao nosso partido cumprir seu papel histórico tanto na luta contra o golpismo quanto na emulação de uma nova ofensiva das classes trabalhadoras para a recuperação do governo e retomada de nosso projeto estratégico.

#### **D – Projeto de Resolução sobre Estratégia e Programa**

**1.** O desenvolvimento do capitalismo brasileiro tem sido alavancado por super-exploração do trabalho, concentração de renda e riqueza, exclusão social e subordinação aos centros imperialistas. O processo de formação da burguesia local, associado à sua inserção na ordem capitalista mundial, somente

teve a oferecer, aos proletários e às demais camadas populares, a chibata do escravismo, da desigualdade, da dependência e da pobreza.

2. Esses fenômenos, longe de constituírem deformações ou enfermidades do sistema, representam a lógica de sua dinâmica. Cruzam-se e sintetizam processo permanente de barateamento da mão de obra, apropriação dos recursos estatais por grupos monopolistas, abertura aos fluxos internacionais de capital, desobrigação fiscal sobre o lucro capitalista e exploração predatória dos recursos naturais.

3. A reprodução da miséria e da pobreza, acompanhada por opressão de raça e gênero, sempre foi funcional para a manutenção de um gigantesco exército industrial de reserva, além de refletir a situação de abandono provocada por modelos de desenvolvimento nos quais o mercado interno se restringe às camadas médias e altas da sociedade.

4. Os contra-ciclos dessa trajetória foram marcados pela ascensão ao governo federal de coalizões entre partidos das classes trabalhadoras e frações minoritárias do capital. Os exemplos mais notáveis são os governos de Getúlio Vargas e João Goulart, sob a liderança de um setor nacionalista da burguesia, e as administrações dirigidas pelo PT a partir de 2003. Essas experiências têm em comum o redirecionamento do orçamento nacional para a expansão do mercado interno de massas através do aumento de salários e direitos, o fortalecimento do Estado como agente central do desenvolvimento econômico e a adoção de uma política internacional de maior soberania. Mais cedo ou mais tarde, nesses capítulos de nossa história, a nata do empresariado e seus aliados externos acabaram por comandar movimentos restauradores, de caráter antinacional, antipopular e



antidemocrático, com o objetivo de trazer o capitalismo brasileiro de volta ao seu leito natural.

5. Nas últimas décadas, marcadas pela financeirização global, essas características se exacerbaram: além de gerarem sofrimento e escassez de oportunidades às amplas maiorias, levaram à perda de força propulsora, atolando o país em baixas taxas de crescimento e investimento, ao mesmo tempo em que a rentabilidade dos ativos financeiros impulsionava os lucros monopolistas.

6. As consequências desse processo, no mundo do trabalho, são bastante conhecidas: redução do tamanho absoluto e relativo da classe operária industrial, precarização das relações laborais, expansão das atividades por conta própria nas camadas populares, crescimento dos setores comercial e de serviços. São alguns dos reflexos de uma crise orgânica que empurra o país à desindustrialização, à ampliação do território dedicado à agricultura de commodities e ao extrativismo mineral, à subordinação ao sistema financeiro internacional.

7. Esse cenário começou a ser alterado, ainda que de forma parcial e limitada, durante os governos liderados pelo PT, quando a elevação geral dos salários, a expansão de direitos, a recuperação do Estado e a reorientação do orçamento público impulsionaram o mercado interno, dinamizando o conjunto da economia. A partir da crise capitalista de 2008, no entanto, com a paulatina degradação do comércio internacional, irrompeu forte reação conservadora, buscando cortar profundamente custos salariais diretos e indiretos, além de recuperar espaço nos gastos e investimentos públicos. Foi a prova mais recente da incompatibilidade entre a via brasileira de desenvolvimento capitalista e os interesses nacionais-populares.

**8.** A emancipação dos trabalhadores, nesse sentido, somente será possível com a superação do regime capitalista, incapaz de resolver os grandes problemas do país. Reformas que arrefeçam sua natureza parasitária devem ser entendidas como potencialmente antagônicas às características dominantes que o comandam, colocando sob tensão a sobrevivência do próprio sistema.

**9.** O velho sistema oligárquico-burguês revela-se incapaz de garantir desenvolvimento sustentável, justiça social, direitos democráticos e independência nacional. Nessas circunstâncias, criar as condições políticas e materiais para o nascimento de uma sociedade socialista (tal como enunciado nas resoluções do 3º Congresso do PT e aqui ampliadas) constitui tarefa fundamental no projeto estratégico do PT.

**10.** O socialismo pelo qual lutamos corresponde a um longo processo de transição, fundado pela ruptura do monopólio capitalista sobre a indústria, o comércio, a terra, as finanças e os meios de comunicação. A economia, regulada e dirigida pelo Estado, deve permitir o florescimento de distintas formas de propriedade, mercantis e não-mercantis, com crescente taxaço do lucro corporativo e da receita dos mais ricos, de tal sorte que o orçamento nacional possa ser ferramenta viável para impulsionar o investimento público, acelerar o desenvolvimento, reduzir a desigualdade de renda, eliminar a concentração de riqueza, erradicar privilégios e coibir qualquer forma de discriminação.

**11.** A propriedade estatal de meios estratégicos – como é o caso da produção de energia, do sistema financeiro, da defesa nacional e dos serviços públicos essenciais – deve fazer parte de uma economia de transição ao socialismo, na qual o avanço de estruturas públicas ou mistas seja resultado da competição regulada com empresas privadas, no desafio de prover melhores

frutos em eficácia, produtividade, qualidade e contribuição social.

**12.** O socialismo petista, ao contrário de perfilar algum tipo de estatismo generalizado por via administrativa, projeta a construção de uma economia pós-capitalista a partir da planificação democrática, descentralizada, comandada pelo Estado, da pluralidade produtiva, da busca de eficiência econômica e da primazia de resultados concretos.

**13.** A economia de transição ao socialismo deve ser compreendida como a combinação de quatro setores fundamentais, regida por leis e direitos que regulem seu funcionamento: a propriedade estatal, as companhias mistas, as empresas privadas e as distintas formas cooperativas de trabalho. Nosso programa inclui o fortalecimento dos empreendimentos não-monopolistas e da economia solidária, estimulando a diversidade do dinamismo econômico e reduzindo o peso dos oligopólios privados.

**14.** O progresso desse novo sistema depende, em grande medida, da integração latino-americana e do fortalecimento de blocos que se contraponham ao controle dos Estados imperialistas sobre as principais entidades creditícias, comerciais, reguladoras e militares do planeta. A alternativa socialista não se circunscreve apenas às fronteiras nacionais, pois sua viabilidade está parcialmente condicionada pela capacidade de criar gigantescos ativos em infraestrutura, crédito, mercado de consumo, escala de produção, comércio exterior, tecnologia e inovação, proteção do meio-ambiente e autodefesa.

**15.** O capitalismo, por sua natureza predatória, passou a constituir ameaça à própria vida na terra, não apenas por razões militares, mas também pela exploração desregrada dos recursos naturais. Essa característica, em economias periféricas como a brasileira, é

ainda mais extremada e perigosa. Nosso programa, portanto, incorpora fortemente a defesa do meio-ambiente e a regulação estatal sobre seu uso, como parte de uma política sustentável e soberana de desenvolvimento.

**16.** A realização dessas tarefas históricas depende da passagem do poder de Estado para as classes trabalhadoras, como condição indispensável para a ampliação do regime democrático e a impulsão de reformas que promovam a transformação profunda da vida nacional. Esse é o caminho que materializa o destino traçado no manifesto de fundação do PT: “conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”

**17.** A conquista da direção do Estado pelas classes trabalhadoras ultrapassa a disputa pelo comando das velhas instituições oligárquicas: apenas a radicalização da democracia, no curso de uma revolução política e constituinte, poderá sedimentar o processo de transformação que almejamos. Novas instituições e métodos, que combinem mecanismos representativos com instrumentos plebiscitários, democracia direta e poder local, são indispensáveis para a construção de uma sociedade socialista e a plena vigência, entre outros direitos fundamentais, do voto universal e secreto, da liberdade de imprensa e manifestação, da livre organização partidária e sindical.

**18.** A nova democracia que propomos tem como fio condutor a expansão da soberania popular, facilitada pelas novas oportunidades tecnológicas de nossa era. Todos os poderes e agências do Estado devem estar subordinados à vontade constitucional dos cidadãos, impedindo que autonomias corporativas violem limites funcionais e sabotem legítimas decisões, diretas ou indiretas, do povo brasileiro.

**19.** A via de aproximação para que o comando do Estado passe para os trabalhadores é a retomada da Presidência da República e a formação de uma maioria parlamentar vinculada ao nosso programa estratégico. Este é o desdobramento fundamental de um processo que combine lutas institucionais e sociais, política de alianças e construção partidária, elaboração programática e reivindicações específicas, mobilização popular e batalha eleitoral, gestão local e atuação parlamentar.

**20.** A conquista do governo federal representa passo essencial, mas não significa, por si só, que o poder político passou para as mãos das classes trabalhadoras. No interior do Estado estará aberto período indeterminado de contraposição entre o Poder Executivo, recuperado pelo bloco histórico progressista e antigas instituições que servem aos desideratos das oligarquias. Apenas com a intensificação da disputa por hegemonia essa situação poderá ter solução favorável, o que significa tanto medidas de reforma político-administrativa que ampliem a participação popular quanto alterações no comando da máquina pública e pressão permanente das ruas, de fora para dentro do aparato estatal. Como afirmávamos no V Encontro Nacional (1987), “o poder não apenas se toma, mas também se constrói”. Um novo Estado precisa ser edificado, a serviço de um outro projeto de nação e sociedade, correspondendo à direção política e aos interesses dos trabalhadores e seus aliados fundamentais.

**21.** A defesa permanente da democracia e a luta por sua ampliação é decisiva para buscarmos neutralizar o risco das classes dominantes bloquearem o acesso institucional das classes trabalhadoras ao comando de Estado, como tantas vezes ocorreu na história de nosso país, preparando o campo popular para enfrentar o estabelecimento de regimes políticos autocráticos,

como se esboça em vários movimentos e decisões do bloco golpista que empalmou o governo a partir da deposição do legítimo governo da presidenta Dilma Rousseff.

**22.** A opção pela via institucional não evita conflitos e rupturas, como bem ilustra o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff. A natureza das classes dominantes brasileiras, além de colonial e racista, é profundamente antidemocrática, ressaltando uma cultura política decorrente do caráter predador e excludente do capitalismo tardio. Mesmo diante de reformas que preservem o sistema de exploração, mas reduzem alguns de seus desequilíbrios mais extremos, o grande capital não hesita em atropelar o Estado de Direito, rasgar o ordenamento legal e impor pela força seus interesses.

**23.** As forças progressistas, ao reconquistarem o governo federal, deverão levar em conta esse aprendizado recente: se não estiverem preparadas para enfrentar os ataques das elites oligárquico-burguesas à democracia, como resposta previsível desses setores à perda da direção do Estado, estarão fadadas a nova derrota estratégica. Essas salvaguardas vão além de garantir maioria parlamentar: implicam ampliar o controle social e democrático sobre o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal, entre outras estruturas de coerção e defesa, impedindo seu aparelhamento pela alta tecnocracia ou por nichos corporativos vinculados aos interesses das classes dominantes.

**24.** Faz parte dessas salvaguardas a aprovação de um novo marco regulatório das comunicações, que desbarate o poder da mídia monopolista e expanda o direito à livre expressão, criando as bases jurídico-materiais para um modelo democrático e plural que incorpore os meios fundamentais de informação, entretenimento e cultura.

**25.** A formação de uma maioria social, política e eleitoral que sustente nossa estratégia deve estar ancorada em um programa que responda às angústias do povo brasileiro e do desenvolvimento nacional com reformas que desatem os nós impostos pelo capitalismo monopolista e orientem as políticas públicas a serem adotadas ao se reconquistar o governo nacional.

**26.** Essas reformas – de cunho democrático, antimonopolista, antilatifundiário, anti-imperialista e libertário – representam plataforma capaz de agregar amplas parcelas da população, das classes trabalhadoras aos pequenos e médios empresários, o mundo da cultura e a juventude, as mulheres e a população LGBTT, os negros e os índios, os pobres da cidade e do campo. Tratam-se, afinal, de tarefas inconclusas ou negadas pela hegemonia burguesa no Brasil, cuja realização romperia o dique da superexploração do trabalho, da exclusão social e da dependência nacional, da plutocracia política e do autoritarismo estatal, ao mesmo tempo em que se avançaria no rumo de uma sociedade pós-capitalista

**27.** As medidas propostas buscam abrir a transição para outro sistema econômico-social, dotando o país de um modelo que, sustentado pelo dinamismo do mercado interno e a centralidade do consumo coletivo, na forma de obras de infraestrutura e serviços públicos universais, promova a reindustrialização nacional, o desenvolvimento regional, a autossuficiência agrícola, a soberania financeira e a integração continental.

**28.** O debate programático deve ser difundido junto aos movimentos populares, partidos políticos e organizações sociais, criando as condições de unidade e mobilização para impulsionar um potente processo constituinte, como resposta ao golpe

institucional, ao colapso do sistema político, à ordem repressiva que subverte o Estado de Direito e ao desmonte da Constituição de 1988.

**29.** A principal bandeira de nosso programa estratégico é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, destinada a refundar o Estado brasileiro e aprovar reformas que reorganizem suas bases socioeconômicas e institucionais, dilaceradas pelo governo usurpador. Sua realização deve ser precedida por um plebiscito e seguida por um referendo para a aprovação de seu texto final.

**30.** Dez reformas centrais devem ser defendidas como núcleo de um programa democrático e popular:

**Reforma política.** Adoção do voto em lista partidária. Proibição de coligações proporcionais. Criação de federações partidárias. Financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Financiamento de partidos por sindicatos e organizações sociais. Referendo revogatório para cargos executivos. Extinção da lei do impeachment e das cassações de mandatos por integrantes do mesmo poder. Plebiscitos convocados pelo presidente da República ou por 10% do eleitorado.

**Democratização da mídia.** Regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da comunicação social. Proibição de propriedade cruzada. Proibição de propriedade de meios por parlamentares, governantes ou familiares até segundo grau. Criação de um Fundo em Defesa da Liberdade de Imprensa, com um percentual da receita publicitária das televisões aberta e fechada, além das rádios, para estimular novos meios de comunicação. Cláusula de objeção por consciência em todas as redações. Criação de um Conselho Social de Comunicação, que



autoriza e renova licenças para emissoras de rádio e TV, retirando essa prerrogativa do congresso. Criação do direito gratuito de antena na televisão aberta e nas rádios.

**Reforma do sistema de segurança pública.** Instituição de mandatos limitados para ministros da Suprema Corte, do STJ, do TST e desembargadores dos TRFs e TJs. Desmilitarização das PMs estaduais e unificação com a polícia judiciária. Reformulação do Sistema Nacional Penitenciário, com a incorporação de todas as prisões e casas de detenção a um modelo único de gestão.

**Reforma tributária.** Tributação de juros sobre capital próprio. Tributação sobre lucros e dividendos. Taxação sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior. Extensão do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos e aviões. Adoção de Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). Revisão da tabela do Imposto de Renda sobre pessoas físicas, com aumento do piso de isenção e ampliação progressiva das faixas de contribuição. Aumento do imposto sobre doações e grandes heranças, com repactuação do valor arrecadado entre União, estados e municípios.

**Reforma financeira.** Lei antitruste do sistema financeiro e eliminação dos monopólios nacionais privados. Separação entre bancos comerciais e de investimento. Ampliação dos direitos operacionais de bancos municipais e cooperativos.

**Reforma agrária.** Adoção de regime progressivo para o Imposto Territorial Rural para propriedades improdutivas. Redefinição dos índices de produtividade para fins de reforma agrária. Proibição da venda de terras para estrangeiros. Estabelecimento de limites regionais para a propriedade agrária e o agronegócio. Fortalecimento da agricultura familiar e das cooperativas

agroindustriais como vertentes principais para a conquista de autossuficiência alimentar. Defesa dos direitos e heranças dos povos originários. Aprovação de um novo código de proteção ambiental.

**Empresas de energia.** Recomposição do regime de partilha, com a participação obrigatória da Petrobras nas explorações do pré-sal. Criação do Sistema Nacional de Energia, com o controle estatal sobre todas as distintas empresas do setor.

**Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável.** Definição de metas e meios para o crescimento da economia através de um plano decenal, que tenha como principal objetivo a recuperação da indústria brasileira e a renovação da infraestrutura do país.

**Direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.** Restabelecimento do comprometimento constitucional mínimo com saúde e educação. Revogação da PEC 55. Aprovação da Consolidação de Leis Sociais, constitucionalizando o direito à renda mínima e outros benefícios. Constitucionalização da lei de valorização do salário mínimo por 20 anos. Direito de aposentadoria mínima até 15 anos abaixo da expectativa nacional de vida, com contribuição mínima de 35 anos. Redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas.

**Direitos civis.** Descriminalização do aborto e constitucionalização da interrupção da gravidez de até três meses. Descriminalização do consumo de drogas leves. Constitucionalização dos direitos de casais homoafetivos como entidade familiar plena.

**31.** A política de alianças que defendemos, para executar essa estratégia, tem como núcleo principal a construção de uma frente

orgânica de partidos e movimentos, que expresse as classes e frações de classe fundamentais de nosso campo: o operariado industrial, os trabalhadores do campo e os camponeses sem terra, os assalariados de serviços e comércio, os micro e pequenos empresários, os trabalhadores domésticos, os pequenos proprietários rurais e urbanos. Também deve agregar as forças progressistas do mundo da cultura e da juventude, das trincheiras antirracistas e de libertação das mulheres, dos agrupamentos de defesa dos direitos de gays, lésbicas e transexuais.

**32.** Essa coalizão, que hoje se expressa na Frente Brasil Popular, e também na Frente Povo sem Medo, deve fundir instrumento de mobilização e polo programático. Ao representar os aliados estratégicos do projeto nacional que defendemos, deve servir também como instrumento para isolar as vozes do grande capital, ao mesmo tempo em que busca dividir sua base de apoio, atrair os setores que descolam de sua direção e estabelecer acordos capazes de ajudar na acumulação de forças do campo progressista.

**33.** Não é incomum, no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sob os governos oligárquicos que o organizam, a dissidência de frações burguesas atropeladas pela abertura ao capital internacional, a dominância das estruturas rentistas, a redução dos investimentos públicos e a restrição do consumo interno. Apesar de serem incapazes de formular ou defender com coerência reformas que respondam a essas contradições, sua atração para alianças táticas pode ter papel importante na ampliação da influência e do protagonismo da frente popular.

**34.** A coalizão proposta, de toda maneira, deve aglutinar, em seu interior, apenas quem estrategicamente se alinhe com a perspectiva antiimperialista, antimonopolista, antilatifundiária e radicalmente democrática de seu programa. A consolidação de uma esquerda

antissistema, com clara identidade programática e organizativa, constitui elemento insubstituível de nossa política.

**35.** O Partido dos Trabalhadores dedicará suas melhores energias a esse projeto, engajando sua capacidade de formulação, convocação e representação. Temos consciência que nosso desempenho poderá ter peso decisivo no sucesso da frente, ampliando suas fronteiras, aprofundamento seu enraizamento e alargando seus horizontes.

## **E – Projeto de Resolução sobre Organização Partidária**

**1.** O PT nasceu para transformar o sistema político. Para ampliar, na esfera pública, as opiniões políticas dos politicamente excluídos, dos socialmente discriminados, dos economicamente explorados, dos culturalmente dominados. Para romper, pois, com as práticas tradicionais do mandonismo político das elites e do poder do capital sobre os processos eleitorais, partidários e governamentais. No entanto, é forçoso reconhecer que o crescimento institucional do PT nos marcos do atual sistema político gerou um processo de acomodação do partido a alguns dos fundamentos desse sistema que viemos para transformar.

**2.** O PT negligenciou o tema da reforma política nos momentos de maior popularidade de nossos governos, adaptou-se às formas tradicionais de composição parlamentar e governamental e dividiu-se em algumas oportunidades que nos propiciariam a aprovação de avanços centrais nessa pauta, como a votação do financiamento público e exclusivo de partidos e campanhas

eleitorais, bem como a lista partidária, que agora voltam ao debate no Congresso Nacional.

3. O financiamento empresarial de partidos e campanhas afirmou-se como dominante e crescente nos processos eleitorais vitoriosos do PT, e não rompemos com a lógica do capital no financiamento do sistema partidário e eleitoral do país. Um partido socialista que se financia com recursos do grande capital é uma contradição em termos. Mas convivemos um bom tempo com essa contradição, que nos igualou neste aspecto aos partidos tradicionais.

4. No entanto, invocamos decisões corajosas que só o PT e a esquerda foram capazes de implementar, como a mobilização social contra o financiamento empresarial; a decisão soberana do PT de não mais receber recursos empresariais antes mesmo de o Supremo Tribunal Federal declarar inconstitucionais esses procedimentos; a decisão soberana de nossos governos de aprovar legislações e práticas governamentais de transparência e combate à corrupção; a posição de nossas Bancadas de romper com partidos aliados que buscaram estratégias de garantia de impunidade, como no caso do processo ético-disciplinar contra Eduardo Cunha.

5. Apesar destas iniciativas, é inegável que o PT, nos anos em que fomos governo, perdeu parte de seu protagonismo na formulação de propostas e de fazer a disputa política dentro e fora das instituições. Houve momentos até em que a crítica foi devidamente exercida pelo partido, que colaborou em várias ocasiões com gestores e parlamentares nossos. Foram propostas, críticas e sugestões para decisivos temas da conjuntura, como no

debate da própria reforma política, da democratização dos meios de comunicação, da condução da política econômica e outros. Tanto no governo Lula como no governo Dilma, houve momentos de diálogo entre partido e governo por meio de seus dirigentes, setoriais e bancadas. Em benefício do governo, da sociedade e do partido, esse diálogo, quanto efetivo, trouxe avanços e conquistas para o país.

6. Há que se registrar, porém, que foram poucos as oportunidades em que estabelecemos canais formais de diálogo. Nossos governantes passaram a não participar dos debates de nossas direções, a vir a eventos formais da vida do partido sem que esses fossem de fato espaço de diálogo e construção coletiva de posições. A participação do partido em conselhos políticos foi centralizada em geral na figura da Presidência, sem que as instâncias colegiadas do partido dialogassem com governantes e bancadas de forma sistemática e coletiva.

7. O fato é que o partido teve sua pauta estatizada e limitada pelas responsabilidades de governo, deixando de falar para nossa base social e eleitoral como instituição autônoma e portadora de uma agenda própria, muitas vezes impossível de ser expressa por um governo de coalizão tão amplo e heterogêneo. Seja para apoiar, seja para criticar, seja para mobilizar a sociedade em defesa do governo, seja para mobilizar a sociedade em defesa de pautas para além do governo, o PT se ressentiu da falta de construção de mecanismos próprios de elaboração política, comunicação e mobilização social, confiando em que o protagonismo governamental seria suficiente para as tarefas de disputa de hegemonia junto à população.

8. Para um partido como o PT, que nasceu socialista e crítico ao padrão vigente de construção partidária na tradição de esquerda predominante até os anos 80, exercer o caráter dirigente de sua estratégia nunca foi visto como empecilho ao reconhecimento dessa autonomia de governos e movimentos sociais com os quais lidamos. Para exercer a direção desta luta, valeu-se sempre de uma concepção democrática de construção de posições partidárias.

9. A força das instituições do Estado de que participamos a partir de vitórias eleitorais passou a ditar uma inversão dessa lógica na relação entre partido e governo. Autonomia passou a significar, de forma equivocada, a negação de uma estratégia conduzida no âmbito do partido válida para seus integrantes e a prevalência de uma lógica de Estado para a condução das ações de petistas nos governos e parlamentos, em superposição à lógica da democracia partidária.

10. Da mesma forma, a prevalência dessa lógica institucional estatal nas relações partidárias reduziu a importância e a força da relação do partido com os movimentos sociais. Ainda que essa relação nunca tenha sido rompida, pois o PT é com certeza o partido com mais vínculos com a luta social e suas organizações na esquerda brasileira, o fato é que esses vínculos foram se diluindo politicamente ao longo dos anos.

11. A criação da Frente Brasil Popular, que o PT integra com outros partidos e movimentos sociais do campo democrático e popular, é com certeza um salto de qualidade nessa relação. Ao mesmo tempo, o diálogo do PT com a Frente Povo sem Medo e outras formas de

articulação social e da resistência democrática foi também um fator de politização das relações do PT com a luta social e de construção de unidade na diversidade da esquerda brasileira.

**12.** Na estratégia democrática e popular de nossa tradição, em particular da elaboração clássica do 5º e do 7º Encontros Nacionais, conquistas de governos e maiorias parlamentares são fundamentais para o acúmulo de forças, a disputa de hegemonia e construção de poder popular. Não são, no entanto, suficientes em si desarticuladas de outros instrumentos, instituições e práticas sociais.

**13.** A lógica do Estado não reformado impõe aos partidos de esquerda um esforço permanente de atualização programática e de práticas sociais para além dos aparatos institucionais. Num governo de coalizão, a tarefa central dos partidos de esquerda é a de zelar pelo programa mais avançado, pela mobilização social na defesa do governo e desse programa, pela disputa para construir uma correlação de forças favorável à realização do programa.

**14.** O PT precisa, pois, recuperar sua capacidade de iniciativa política, tanto na atitude quanto no conteúdo de suas ações. O 6º Congresso deve elaborar um novo programa, mas também animar uma nova atitude partidária. Uma nova cultura. Um novo compromisso social. Uma nova forma de fazer política que contagie milhões de filiados, filiadas, militantes e simpatizantes. Esse é o sentido das diretrizes para a reorganização partidária que apresentamos a seguir.

**15.** Somos hoje cerca de 1,7 milhão de filiados e filiadas com



diferentes tipos de relação orgânica com o partido, e uma tênue política de organização, comunicação e mobilização que os integre plenamente à vida partidária, a oportunidades de participação e formação.

**16.** Nosso Estatuto prevê como principais espaços de organização partidária os núcleos, os setoriais e os diretórios. A fragilidade desses mecanismos se expressa hoje na quase inexistência de núcleos nos municípios, na falta de enraizamento e vida permanente dos setoriais na base e na falta de atividade permanente e quórum de milhares de diretórios zonais e municipais país afora. Assim, o conjunto de filiados e filiadas pouco participa das instâncias partidárias e de suas atividades para além dos períodos de campanhas eleitorais, sejam elas de formação, de cultura, de finanças ou de mobilização.

**17.** O PT precisa voltar a ser um partido que faça política no cotidiano e não apenas a cada dois anos, no período eleitoral.

**18.** O 6º Congresso reafirma algumas das mais importantes conquistas estatutárias da história do PT, decorrentes de uma concepção radicalmente democrática que preside sua tradição: o caráter plural e democrático da filiação partidária, o direito de tendências, a proporcionalidade para a constituição de direções partidárias, a organização militante em núcleos, setoriais e diretórios. Para valorizar e favorecer uma maior efetividade dessa organização militante, o Congresso propõe as seguintes alterações:

- a.** Realização bianual de Encontros zonais, municipais, estaduais e nacionais, de forma presencial, com pauta política definida pelo Diretório Nacional do PT, abertos à participação de todos os filiados e filiadas nos encontros de base;
- b.** Os mandatos das instâncias dirigentes serão de três anos, e serão eleitos em encontros partidários;
- c.** Núcleos e setoriais devidamente constituídos e acompanhados pelas direções zonais e municipais terão direito a voz e voto sobre os temas de debate nas instâncias dirigentes, sempre que estes forem previamente pautados e discutidos;
- d.** Cada setorial partidário nacional ou estadual organizará núcleos setoriais de base nos diretórios zonais e municipais;
- e.** Cada diretório zonal ou municipal poderá organiz reuniões periódicas inter-núcleos para formação política e construção de agendas comuns com os movimentos sociais;
- f.** A organização de núcleos e setoriais em 2018 será tarefa prioritária das Secretarias Nacionais de Organização, Mobilização e Movimentos Populares e Políticas Setoriais;
- g.** Uma campanha nacional de filiação com prioridade para jovens, mulheres, negros (as) e indígenas será desenvolvida a cada ano, acompanhada de uma jornada nacional de formação política voltada especificamente para esses segmentos.

**19.** O 6º. Congresso resolve, também, ampliar os processos de

participação interna para os filiados e filiadas do PT da seguinte forma:

**a.** Criação de uma plataforma digital permanente, de modo a ampliar a participação digital em comunidades virtuais, cursos à distância de formação de base, de militantes e dirigentes, enquetes sobre temas variados propostos pela direção partidárias e votação por meio digital em referendos e plebiscitos convocados pela direção partidária;

**b.** Realização de plebiscitos anuais, concomitantes ao processo de encontros, sobre temas definidos pela direção partidária ou por iniciativa de 10% cento de filiados e filiadas;

**c.** Realização de referendos a decisões de encontros e Congressos, sempre que as propostas derrotadas alcançarem uma votação correspondente a 30% de delegados e delegadas;

**20.** O 6º. Congresso reafirma as decisões dos Congressos anteriores sobre o funcionamento da Fundação Perseu Abramo e da Escola Nacional de Formação Política do PT, e acrescenta prioridade às seguintes iniciativas:

**a.** Realização de jornadas anuais de formação por ocasião do aniversário do PT; construção de programas e plataformas de educação à distância para massificação das oportunidades de formação política;

**b.** Transmissão online de seminários, cursos e debates centralizados

pela FPA, Escola Nacional e Secretarias Nacional e Estaduais de Formação Política;

**c.** O segundo semestre de 2017 será momento para uma jornada nacional de formação de formadores e formadoras, visando dotar os diretórios municipais e estaduais de equipes de formação política articuladas com os cursos e iniciativas da FPA, ENFP e secretarias.

**21.** O PT deve recuperar o caráter militante de sua política de finanças, de modo a ampliar sua fonte própria de recursos financeiros para além dos obtidos através do Estado (Fundo Partidário e contribuições de detentores de mandatos, gestores (as) e assessorias), bem como manter a determinação de estrito cumprimento de vedação ao recebimento de recursos de empresas. Por isso o 6º Congresso decide:

**a.** Ampliar a transparência financeira e administrativa nas direções, de modo a que sejam debatidos abertamente previsões orçamentárias, gastos e estratégias de arrecadação das instâncias dirigentes;

**b.** Tornar obrigatória a divulgação de balancetes trimestrais das finanças partidárias em todos os níveis.

**c.** Ampliar a adesão ao SACE, com campanhas junto aos filiados e filiadas, para contribuição partidária regular para além das atuais contribuições estatutárias;

**22.** O 6º Congresso do PT define como prioridade investir na

constituição de uma rede própria de comunicação no próximo período. Para tanto, estimulará a constituição de coletivos ou núcleos de militantes petistas em ambientes virtuais que trabalhem em conjunto com as Secretarias de Comunicação dos diretórios nacional e estaduais para a viabilização de uma plataforma nacional de comunicação do PT.

**23.** Comunicação e cultura estarão integrando cada vez mais suas iniciativas, em particular para estímulo à realização de festas, atividades culturais e de arrecadação militante nas sedes partidárias, transformando-as em espaços vivos para a convivência de filiados e filiadas.

**24.** Dotar de significação o ato de filiar-se ao PT e utilizar a filiação como um elemento de nossa estratégia de construção e atualização permanente da relação com o povo serão os objetivos da consolidação de dois novos instrumentos permanentes:

**a.** A refiliação obrigatória a cada dois anos;

**b.** A realização da festa nacional, também bianual, no melhor estilo das tradições de festas e festivais de partidos de esquerda de vários países e de seus jornais.

**25.** Como tarefas permanentes das Secretarias de Mobilização, Movimentos Populares e Políticas Setoriais e de Formação Política, o PT incluirá a organização de equipes de mobilização e educação popular para o desenvolvimento de atividades políticas junto aos setores beneficiados pelas principais políticas de nossos governos –

Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, cotas para a participação no serviço público e na educação, ProUni, novas Universidades e Institutos Federais de Educação. Em particular, as Secretarias Setoriais deverão encarar esse objetivo de dialogar e organizar mulheres, negros e negras, jovens e trabalhadores e trabalhadoras que são agora convocados não só a usufruir as políticas públicas de nossos governos, mas a entender seus fundamentos e princípios e a engajar-se num projeto político que os organize, como sujeitos da história e de um Partido que se molda com suas lutas e projetos.

**Assinam essa tese:**

Rui Falcão - Presidente Nacional do PT  
Sheila Oliveira - Diretório Nacional  
José Américo Dias - Diretório Nacional  
Juliana Cardoso - Diretório Nacional

**Amazonas**

Altemir Viana - Dirigente PT

**Acre**

Alberto Ferreira - Diretório Estadual  
Marcos Jorge Dias - militante do meio ambiente  
Jersey Dinis - militante/ cultura  
Charles Silva - militante sindical da FASUBRA  
Tiago Santos – militante do meio ambiente  
Eufrem - militante do meio ambiente  
Júlia - Diretório Municipal de Rio Branco  
Elmira – Executiva Municipal do PT de Rio Branco  
Ângela – Setorial de Meio Ambiente de Rio Branco secretária do setorial de meio ambiente.

Bruna Lima – Diretório Estadual

### **Amapá**

Hildma - Movimento Negro e sindical

### **Alagoas**

Angélica Natassja - Direção Municipal PT Cajueiro

Ednaldo Alfredo Júnior- Diretório Municipal do PT Cajueiro

Elida Miranda - Executiva da CUT

Maria José Alves da Silva - Coordenadora Geral da União de Movimento de Moradia em Alagoas

Neymar Oliveira - Executiva Estadual

Paulo Batista - Presidente do Diretório Municipal do PT de Igaci

Paulo Bomfim - Diretório do PT de São Sebastião

### **Bahia**

Valmir Assunção - Deputado Federal

Luis Caetano - Deputado Federal

Luiza Maia - Deputada Estadual

Jacó - Suplente Deputado Estadual

Fernanda Silva - Ex-Prefeita de Uruçuca

Fabya Reis - Secretária de Estado da SEPROMI

Renata Rossi - Coord. Executiva CDA

Danielle Ferreira - Executiva Estadual PT

Gutierrez - Tesoureiro do PT

Ivan Alex - Assessor Especial do Governador

Teo Ribeiro - Vereador de Camaçari

Luis Carlos Suiça - Vereador de Salvador

Moises Rocha - Vereador Salvador

Marcio Matos - Dirigente do MST

Evanildo Costa - Dirigente do MST

Gabriel Oliveira - Executiva Estadual PT

Yuri Brito - Direção Nacional UNE

### **Ceará**

Professor Pinheiro - Ex - Deputado Estadual

### **Brasilia**

Cleberson Carneiro Zavaski - Movimento da Agronomia

## **Goiás**

Mauro Rubem - Presidente da CUT-GO  
Fatima Veloso - Executiva Nacional CUT  
Ana Rita - Secretária de Mulheres do PT de Goiânia.  
Weliton de Pina - Secretário- setorial LGBT PT Goiás,  
Carlos Marcelo Carvalho - Assessor Nacional da PJMP  
Arquidones Bites - Executiva SINTEGO  
Sinomar de Paula Dirigente SINTEGO  
Flaviana Alves - Presidente do SINDISAUDE  
Vicente Gonçalves - Tesoureiro SINTISEP  
Ricardo Manzi – dirigente do SINDSAUDE  
Ivanilde Batista - Dirigente SINDISAUDE  
Saulo Reis - Frente Brasil Popular

## **Minas Gerais**

Luis Carlos da Silva - Movimento Mundo do Trabalho Contra a Precarização.  
Neila Batista - Assessora de Diálogo Social - Governo Estadual  
Romero Wagner do Carmo - presidente do DM Joatuba  
Berenice de Freitas. Diretora do SINDISAUDE  
Leonildo Ferreira Lopes, membro DM PT Betim, SINDISAUDE e CNTSS.  
Shakespeare Martins - Ex Dirigente da CUT

## **Mato Grosso do Sul**

Edilson Sarate

## **Pernambuco**

Italo Lopes - Ítalo Lopes - Juventude do PT/PE  
Ygor Sousa - União dos Estudantes de Pernambuco  
Maria Cecília Cintra - Coletivo Quilombo/PE  
Sheila Samico - Marcha Mundial de Mulheres  
Shirley Samico - Marcha Mundial de Mulheres  
Aline Fagundes - Fórum de Mulheres de Pernambuco  
Renato Carvalho - Via do Trabalho  
Suely Melo - Via do Trabalho  
Daniel José dos Santos Filho - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco  
Adilson Lira - Presidente do PT Caruaru-PE --Coordenação Nacional da Via Trabalho  
Renato Carvalho - Secretário Agrário do PT/PE  
-Coordenação Nacional da Via Trabalho  
Suely Melo - Coordenação Nacional da Via Trabalho



Antonio Carvalho - -Secretaria de Organização do PT de Caruaru  
Clovis Santos - Diretório Municipal do PT Caruaru  
Ana Santana - Diretório Estadual PT Olinda  
Carlos Cavalcante Padilha - PT Recife  
Anderson Rodrigo - STR Pesqueira

### **Rio de Janeiro**

Bob Calazans - Presidente DM do Rio de Janeiro  
Edyr Thompson - Executiva Estadual  
Márcio Santos - Executiva Municipal Rio de Janeiro  
Felipe Pires - DM do Rio de Janeiro  
Patrick Ataliba - militante do PT Rio de Janeiro  
Gilvania Santos DM Rio de Janeiro

Luiz Cláudio Pontes - DM/Niterói  
Rosangela Botelho - DM/Volta Redonda  
Alexandre Rodrigues - ex-presidente do DM Rio de Janeiro  
André Braga - Executiva Estadual - Rio de Janeiro  
Edson Junior - Executiva Municipal Duque de Caxias RJ  
Jodilson Mendes - Executiva Municipal de Sao Gonçalo RJ  
Luzia Catarina - Diretório Estadual Rio de Janeiro  
Ademar Neves Damasceno - Diretório 13° Zonal Rio de Janeiro  
Alcenir Thomas Alves Presidente da 3° Zonal PT Rio  
Aldir de Souza Diretório Municipal Rio de Janeiro  
Carlos Henrique Tucci - Diretório Estadual Rio de Janeiro  
Davi Fernandes Executiva Municipal do Rio e Janeiro  
Edson de Oliveira - Presidente da 5° Zonal PT Rio  
Eliane Gregório Presidente da 12° Zonal PT Rio  
Jean Figueiredo Presidente PT Búzios  
Luiz Renato Vergara Diretório Estadual Rio de Janeiro  
Natalia Bonfim Executiva Municipal do Rio e Janeiro  
Renê Teixeira Executiva Municipal de Nova Iguaçu  
Virginia Marinho Diretório Estadual Rio de Janeiro  
Cida Diogo - PT Rio de Janeiro e ex-deputada federal do PT  
Ernani Braga - Executiva Estadual do Rio de Janeiro  
Ronaldo Monteiro Cerqueira - Direção do PT de Nova Iguaçu  
Sérgio Maurício de Lorena - Direção do PT Queimados  
Guilherme Monteiro Cerqueira - Coordenação da Pastoral da Juventude do Meio Popular

### **Rio Grande do Norte**

Francisco de Assis  
Maria do Socorro

Marilda Souza  
José Barbosa  
Alexsandro Freitas  
Alex Gurgel  
Djamiro Acipreste  
Francisca Luzia  
Fabio Lima  
Francineide Perciliano  
Marcelo Dantas  
Andréa Mickaele  
Monique Souza  
Eanes Reutmanns  
Marcio Alexandre  
José Geraldo  
Adriana Emilia  
Ariadny Moreira  
Pedro Bras

#### **SANTA CATARINA**

Décio Lima - Deputado Federal do PT-SC  
José Fritsch - Ex ministro da Pesca e Aquicultura  
Ana Paula Lima – Deputada Estadual do PT-SC  
Cedenir Alberto Simon – Historiador, militante do movimento social urbano e Dirigente do PT-SC  
Padre Pedro Baldissera – Deputado Estadual PT/SC  
Marlene Aparecida Gonzaga – Servidora Pública e Dirigente Sindical  
Vera Lúcia Castellain – Professora e Dirigente do PT-SC  
Gilberto Benathar Ballod – Dentista, militante do setorial de Formação do PT-SC  
Murilo Silva – Filósofo, professor, militante cultural e Dirigente Estadual do PT-SC  
Luís Sabanay – Teólogo, Pastor Presbiteriano e Dirigente Nacional da EPS  
Carla Salasário Ayres – Cientista Social, Feminista e Militante do Movimento LGBT  
José Paulo Serafim – Minerador, Sindicalista e Ex deputado estadual PT/SC  
Elenira Vilela – Dirigente Sindical, Professora da Rede Federal de Educação  
Tânia Slongo – Advogada e Secretaria Nacional de Mulheres PT-SC  
Ivana Lais – Analista Ambiental e Secretaria Estadual de Juventude PT-SC  
Ketria Siapzi Angioletti - Estudante e Secretaria-Geral da União Catarinense de Estudantes  
Ozair da Silva – Advogado, ex-vereador e Dirigente Estadual do PT-SC  
Jose Claudenor Vermohlen– Agricultor, Consultor de Políticas Sociais e dirigente estadual do PT-SC  
Vanderlei Oliveira – Advogado Sindical, dos Movimentos Sociais e Executiva do PT-SC  
Alexandre Borgas Gastaldi – Analista e Militante do Movimento LGBT-SC  
Célio Antônio – Educador, Ex prefeito de Laguna e Dirigente do PT-SC  
Vitor Silveira – Gestor Público, Militante da Juventude e Dirigente do PT-SC  
João Pedro Sansão, Estudante e Dirigente da União Catarinense de Estudantes  
Cássio Ubirajara Pereira – Gestor e militante cultural do PT-SC  
Dauvã Mizwa – Vereador do Município de Bela Vista do Toldo – SC

Sandro Maciel – Advogado, Ex Prefeito de Araranguá e Dirigente do PT-SC  
Amauri Fracaro - Secretário de Saúde do Município de Ponte Alta - SC  
Guilherme Sanches Andrades - Militante da Juventude - SC  
Clarissa Rogowski - Estudante e Militante da Juventude - SC  
Paulo Flávio Lauxen - Secretário de Administração do Município de Descanso - SC

## **SÃO PAULO**

Jose Mentor - Deputado Federal  
Silvana Donatti - Executiva Estadual do PT  
Alessandra Dadona - Executiva Estadual  
Chico Metralha - Executiva Estadual  
João Paulo Rodrigues - Dirigente MST  
Tiago Soares - Diretório Estadual  
Januario Figueiredo - Diretório Estadual  
Eduardo Leite - Vereador Santo Andre  
Willian Souza - Vereador Sumaré  
Tiago Nogueira - Ex - Vereador Santo Andre  
Eric da Silva Madruga(Militante JPT)  
Cícero Fiúza – vereador de Monte Mor  
Marcio Ramos – Monte Mor  
Adenildo - Vice- Prefeito de Caiuá  
Josenilton Amaral (Mossoró)  
Érika Gomes - Vice Pres. PT (Guarulhos)  
Alessandro Guedes - Vereador SP  
Antonio Donato - Lider da Bancada Capital  
Paulo Reis - Vereador SP  
Rodrigo Almeida - Pres. PT-Aruja  
Jose Haroldo(Votorantim)  
Adilson - PT Suzano  
Pezão - Ex-Vereador de Guarulhos  
Walter Fernandez - Direção Municipal JPT/SP  
Johny Wagner - Direção Estadual da JPT-SP  
Rodrigo Camargo – candidato a presidente do DM de Campinas  
Rosemiro Aparecido – ex-candidato a vereador do PT de Campinas

## **Sergipe**

João Daniel - deputado federal  
Gislene dos Santos - Direção Nacional MST  
Gileno Damacena - Direção Nacional do MST  
Taíres Santos - União Nacional dos Estudantes  
Camilo Daniel - Sociólogo

Thiago Dhatt - Antropólogo

Romulo Rodrigues - Executiva Estadual do PT

### **Tocantins**

Maria Vanir Ilídio – Secretária de Mulheres do PT de Palmas – Bióloga e Educadora Popular

Robson Alves Santos - Movimento HIP HOP

Edilma Barros da Silva – Servidora Pública Estadual - Advogada

Alecsandre Alves Oliveira - Jornalista

NEILON WILIAN DE FREITAS – Professor

ROMEU ALOISIO FEIX – Secretário de organização do PT Estadual / Servidor Público Estadual – Coordenador

EGÍDIO AFONSO WEBBER – Servidor público Estadual - Professor

MARIA APARECIDA DA R. MEDINA – Professora Universitária

Felisberta Barbosa evangelista - Professora

Juarez Pereira -Engenheiro ambiental - Funcionário da Universidade Federal do TO